

# **ALDEIA**

(Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente)

## **REGULAMENTO INTERNO**

### **CAPÍTULO I – PRINCÍPIOS GERAIS**

#### **Artigo 1º - Denominação e sede Social**

a) A associação adopta a denominação Associação Acção, Liberdade, Desenvolvimento, Educação, Investigação, Ambiente – ALDEIA, é uma pessoa colectiva sem fins lucrativos, de duração ilimitada, com personalidade jurídica, e reger-se-á em conformidade com as disposições do presente regulamento interno e pelos estatutos.

b) A associação tem a sua sede no Largo da Igreja, freguesia de Paradelas, concelho de Miranda do Douro podendo ser transferida para outro local por deliberação da Direcção, que pode igualmente, criar delegações ou quaisquer outras formas de representação onde e quando julgar conveniente, em Portugal e no estrangeiro.

#### **Artigo 2º - Objecto Social**

O objecto social principal da ALDEIA é a defesa do ambiente numa perspectiva educativa e de interacção com as populações e as suas necessidades; fomento do interesse e acção em defesa da cidadania, reconhecimento e valorização do património natural e construído, através da investigação e desenvolvimento de actividades e serviços; propostas de aplicação de modelos de gestão ética e consciente de recursos humanos e naturais, em Portugal e no estrangeiro.

#### **Artigo 3º - Finanças**

1- A Associação ALDEIA é uma pessoa colectiva sem fins lucrativos

2- Constituem-se receitas da ALDEIA:

- a) O produto das jóias e quotização dos membros associados.
- b) Produtos de actividades da Associação.
- c) O apoio financeiro obtido no âmbito de programas nacionais e/ou o resultante de acordos ou contratos realizados com organismos locais, regionais, nacionais ou estrangeiros.
- d) O produto da venda de publicações, material de divulgação ou da prestação de serviços.
- e) As subvenções, doações ou legados que receber a qualquer título.
- f) Produto da venda ou aluguer do património da Associação.
- g) Os rendimentos de depósitos efectuados, fundo de reserva ou de quaisquer bens próprios.
- h) Quaisquer outras que sejam legais e se enquadrem no objecto da associação.

3. As receitas são aplicáveis na cobertura das despesas de funcionamento da ALDEIA e no incremento das suas actividades.
4. Os valores da quota anual e da Jóia de Inscrição serão fixadas pela Assembleia-geral da ALDEIA, mediante proposta da Direcção.
5. Todos os anos serão aprovados o Plano de Actividades e Orçamento para o ano seguinte.
6. O relatório de Actividades e Contas deverá ser aprovado pela Assembleia-geral até ao fim do mês de Janeiro do ano subsequente.

## **CAPÍTULO II – DOS SÓCIOS**

### **Artigo 4º – Da admissão e exclusão**

#### **1. Admissão dos sócios**

- a) As propostas de admissão de novos membros são aprovadas pela Direcção.
- b) A admissão poderá ser efectiva trinta dias depois da apresentação da proposta na Sede, mediante o pagamento da respectiva jóia.
- c) Todo o sócio admitido após aprovação pela Direcção.

#### **2. Exclusão dos sócios**

- a) Perde automaticamente todos os direitos o sócio que estiver mais de um ano com a quota em débito.
- b) Perde a qualidade de sócio:
  - b.1)- Automaticamente aquele que, ao fim de dois anos com a quota em débito, não regularize a situação até quinze dias após receber um aviso nesse sentido;
  - b.2)- Através da correspondente sanção disciplinar, aquele que, através da sua actuação, não cumpra o disposto nos Estatutos e contrarie os princípios e objectivos da Associação.
  - b.3)- O próprio sócio pode dirigir um pedido à Direcção, mediante comunicação por escrito, para lhe ser retirada a condição de sócio, e terá efeitos imediatos a partir da data em que for recebida. Tratando-se de um sócio fundador, este tem o direito de requerer, na carta de demissão, que qualquer documento oficial da ALDEIA que circule citando o seu nome seja obrigatoriamente acompanhado da informação, por escrito, da sua desvinculação.
- c) Apenas a Assembleia – Geral poderá decidir da exclusão de membros, em caso de manifesto não cumprimento dos deveres definidos nos Estatutos.
- d) A perda de qualidade de associado determina a perda das quotas pagas.
- e) No caso do número 2 da alínea b), a Direcção elaborará o respectivo processo, que respeitará o princípio do contraditório, cabendo da decisão final recurso para a Assembleia – Geral, a interpor no prazo de 30 dias a contar da notificação.
- f) Poderão ser excluídos os associados que tenham direito a voto, e falem consecutivamente a duas Assembleias-gerais convocadas para alteração de Estatutos.

## **Artigo 5º – Direitos e Deveres**

### **Constituem direitos dos membros fundadores e efectivos:**

- a) Tomar parte na Assembleia – Geral e participar nos demais actos e actividades de funcionamento da Associação, apresentando propostas, discutindo e votando as questões constantes da ordem de trabalhos.
- b) Requerer e convocar Assembleias-Gerais extraordinárias nos termos destes estatutos e da Lei.
- c) Requerer a convocação da Assembleia – Geral mediante documento, devidamente fundamentado, assinado no mínimo por vinte por cento dos associados.
- d) Propor admissão de novos associados
- e) Ser eleito para os órgãos sociais desde que seja sócio há mais de 6 meses;
- f) Frequentar as instalações e utilizar os serviços criados pela Associação; usufruir das regalias que a ALDEIA concede aos seus membros.
- g) Recorrer das sanções que lhe forem aplicadas e das decisões que considere contrárias aos Estatutos;
- h) Apresentar sugestões, solicitar informações e esclarecimentos sobre o funcionamento da Associação;
- i) Examinar as contas, documentos e outros elementos relacionados com as actividades da Associação;
- j) Demitir-se

### **Constituem direitos exclusivos dos sócios fundadores**

- a) Serem ouvidos pela direcção sobre assuntos de grande relevância para a vida da ALDEIA
- b) Só podem ser excluídos compulsivamente da ALDEIA por decisão da Assembleia – Geral, devendo para o efeito a mesa desta solicitar aos restantes sócios fundadores que se pronunciem sobre o assunto.
- c) Os sócios fundadores gozam de todos os direitos atribuídos nos estatutos aos sócios efectivos.
- d) A perda da condição de sócio, ainda que temporária, implica a perda do estatuto de sócio fundador.

### **Constituem direitos dos membros honorários:**

- a) Frequentar as instalações e utilizar os serviços criados pela Associação; usufruir das regalias que a ALDEIA concede aos seus membros.
- b) Apresentar à Comissão Executiva propostas ou reclamações, sobre assuntos relacionados com os fins da associação.

### **São deveres dos sócios em geral:**

- a) Cumprir os Estatutos, o Regulamento Interno da ALDEIA e as decisões dos órgãos competentes.
- b) Participar na vida e gestão administrativa, aceitando e exercendo os cargos para que for eleito ou designado, salvo motivo justificado de não-aceitação.
- c) Tomar parte nas Assembleias-gerais.
- d) Efectuar pontualmente os pagamentos a que esteja obrigado, nomeadamente as quotas e a jóia.

- e) Contribuir para o bom-nome, prestígio e eficácia da Associação.
- f) Apoiar o desenvolvimento das actividades, de forma a cumprirem-se os objectivos da Associação.
- g) Colaborar nas actividades, iniciativas ou realizações de que assumirem responsabilidade.

#### **Deveres dos sócios fundadores e efectivos, especificamente:**

- a) Eleger e ser eleitos para cargos directivos, desempenhando com dedicação as respectivas funções.
- b) Velar pelo cumprimento das normas estatutárias e deliberação dos órgãos sociais da associação.
- c) Fazer-se representar com votos nas Assembleias – Gerais e por outros associados, mediante procuração apresentada ao presidente da mesa até à hora marcada para a reunião.
- d) Dar preferência sempre que possível à associação na prestação dos serviços que se integrem no âmbito da sua actividade;

### **CAPÍTULO III – DOS ORGÃOS**

#### **SECÇÃO I – GENERALIDADES**

##### **Artigo 6º – Duração de mandatos e incompatibilidades**

- 1. Todos os órgãos são eleitos em listas separadas, por voto secreto e para mandatos de 3 anos, sendo permitida a reeleição dos corpos sociais, até um máximo de dois mandatos consecutivos.
- 2. Os órgãos sociais poderão ser destituídos pela Assembleia da qual emanam, expressamente convocada para o efeito.
- 3. Nenhum sócio pode ser, simultaneamente, membro da Direcção, do Conselho Fiscal ou da Mesa da Assembleia-geral.

##### **Artigo 7º – Candidaturas**

- 1. As candidaturas à Direcção, Conselho Fiscal e Mesa da Assembleia-geral deverão ser subscritas pelos candidatos e por um mínimo de 5% dos sócios.
- 2. As listas deverão ser formadas por um número ímpar de elementos efectivos podendo apresentar elementos suplentes.

##### **Artigo 8º – Perda de mandato**

- 1. Perde a qualidade de titular de qualquer órgão, aquele que:
  - a) Perder a qualidade de sócio.
  - b) Pedir a demissão do cargo
  - c) For abrangido por normas contidas no regimento do órgão a que pertence e que culminem na perda do mandato, nomeadamente, por faltas injustificadas às reuniões.

## **Artigo 9º – Quórum**

1. A Direcção e o Conselho Fiscal só poderão deliberar com mais de metade dos seus membros.
2. A Assembleia-geral poderá deliberar com qualquer número de presenças 60 minutos após a hora fixada para o início da reunião.

## **Artigo 10º – Deliberações**

1. Salvo nos casos expressamente previstos na Lei, nos Estatutos ou neste Regulamento Interno, as deliberações dos órgãos da ALDEIA serão tomadas por maioria simples.
2. Serão, obrigatoriamente, tomadas por voto secreto, todas as deliberações que se refiram a pessoas.

## **Artigo 11º – Convocação de reuniões.**

1. As reuniões ordinárias da Assembleia-Geral serão convocadas pelo Presidente da Mesa da Assembleia por meio de aviso dirigido a cada associado, sem prejuízo de outra forma de publicidade, com antecedência mínima de 30 dias.
2. As reuniões ordinárias da Direcção e do Conselho Fiscal poderão ser convocadas com uma antecedência de 3 dias úteis.
3. No caso de reuniões extraordinárias não existe prazo de antecedência mínima, mas é obrigatório a convocação de todos os membros do órgão.

## **SECÇÃO II – ASSEMBLEIA-GERAL**

### **Artigo 12º – Definições, Competência e Composição**

1. A Assembleia – Geral é o órgão máximo de decisão da associação e é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos associativos e as suas deliberações são soberanas, tendo por limites as disposições legais imperativas e o estipulado nos estatutos.
2. Compete à Assembleia-geral:
  - a) Eleger e destituir os membros da respectiva mesa e dos restantes órgãos sociais, incluindo designar os membros do Conselho Técnico – Científico.
  - b) Apreciar e votar anualmente o balanço, relatório e contas da Direcção, bem como o parecer do Conselho Fiscal.
  - c) Apreciar e votar o orçamento e o plano de actividades para o exercício seguinte, proposto pela Direcção.
  - d) Deliberar sobre a alteração dos Estatutos, Regulamento Interno e sobre a extinção, cisão ou fusão da associação.

- e) As deliberações sobre a alteração dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número de associados presentes devendo as propostas de alteração de estatutos circular por escrito no mínimo de quatro semanas antes da reunião de Assembleia na qual será discutida.
- f) Deliberar sobre todos os assuntos que lhe sejam presentes pela Direcção ou pelo Conselho fiscal.
- g) Aprovar o quantitativo e alteração de quotas e jóias, mediante proposta da Direcção.
- h) Assegurar a superior orientação das actividades da associação.
- i) Ratificar a expulsão de membros, sob proposta da Direcção.
- j) Convocar a Assembleia e dirigir os seus trabalhos
- l) Marcar a data das eleições para os corpos sociais, organizar o respectivo processo e nomear uma comissão de fiscalização para as mesmas.
- m) Apreciar e votar os planos anuais e plurianuais de actividade e de investimento a realizar pela associação.
- n) Aprovar os regulamentos e as remunerações dos órgãos sociais.
- o) Deliberar sobre outros assuntos de interesse para a associação que por Lei ou no âmbito dos Estatutos não sejam da competência de outros órgãos sociais.
- p) Autorizar a direcção a adquirir, alienar ou onerar património imobiliário, bem como a aceitação de heranças, legados, ou doações e outras dádivas relevantes.
- q) Aprovar a mudança de local da sede, e a criação de delegações ou outras formas de representações da ALDEIA.
- r) Deliberar sobre a dissolução da associação, nomear a comissão liquidatária e determinar o destino do património social e os procedimentos a adoptar.
- s) Exercer as demais funções que lhe caibam por Lei, Estatutos e Regulamento Interno.

### **Artigo 13º – Mesa da Assembleia-geral**

A mesa da Assembleia-geral será eleita por esta, por maioria absoluta dos seus membros presentes e será constituída por um Presidente, um Vice – Presidente e um Secretário, competindo-lhes a marcação dos trabalhos da Assembleia-geral.

## **SECÇÃO III – DIRECÇÃO**

### **Artigo 14º – Competências**

- a) Dirigir, coordenar e orientar o trabalho geral da Associação de acordo com os princípios definidos na lei e nos estatutos.
- b) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias, regulamentares e as deliberações da Assembleia – Geral.
- c) Dirigir e coordenar o funcionamento das restantes estruturas da organização.
- d) Propor elementos para um Conselho Técnico – Científico, cujo funcionamento será objecto de um regulamento.
- e) Orientar as relações com outras entidades.
- f) Apresentar as propostas de relatório de contas e actividades, de programa e orçamento.
- g) Criar projectos, nomear responsáveis e definir competências.
- h) Celebrar contratos, adquirir bens móveis ou imóveis, gerir património e serviços, e praticar os actos necessários à prossecução dos fins, objectivos e actividades da Associação.

- i) Administrar os bens da associação e dirigir a sua actividade, podendo, para o efeito contratar pessoal, fixando as respectivas condições de trabalho;
- j) Contrair empréstimos, fazer hipotecas ou qualquer outro acto junto das entidades bancárias.
- l) Nomear representantes e procuradores da Associação.
- m) Aprovar e propor a admissão de novos membros.
- n) Elaborar e submeter anualmente à aprovação da Assembleia – Geral o Relatório e Contas respeitantes às actividades do ano anterior e apresentar à Assembleia – Geral o Orçamento e Plano de Actividades para o exercício seguinte.
- o) Requerer a convocação de uma Assembleia – Geral extraordinária, sempre que entenda justificada a sua realização.
- p) A Comissão executiva é responsável perante a Assembleia por todas as suas acções e não deverá tomar decisões contrárias à política definida pela Assembleia.
- q) Propor à Assembleia – Geral a criação de delegações ou de outras formas de representação da ALDEIA e nomear os respectivos delegados locais.
- r) Criar e extinguir comissões técnicas, grupos de trabalho e núcleos relacionados com os fins da ALDEIA.
- s) Gerir os arquivos e editar as publicações da Associação, nomeadamente, o boletim interno.
- t) Gerir e promover a prestação de serviços pela Associação.
- u) Representar a associação em juízo.
- v) Apresentar à Assembleia-geral propostas de organização destinadas a acompanhar o crescimento da Associação e a garantir uma resposta adequada aos Planos de Actividades aprovados, pelo enquadramento e relação com outras organizações, constituição e criação de delegações e grupos de contacto regionais.
- x) Todas as competências são delegáveis num ou em mais membros da Direcção.
- z) De qualquer eventual responsabilidade são isentos os membros da direcção que não tiverem tomado parte na respectiva resolução se contra ela se manifestarem por escrito logo que da mesma tomem conhecimento e os que tiverem votado expressamente contra a respectiva deliberação.

## **Artigo 15º – Composição**

a) A Direcção é composta por:

- 1- Cinco membros, sendo um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro e dois vogais;
- 2 - A Direcção fixará os pormenores do seu funcionamento, devendo reunir, no mínimo, quatro vezes por ano.

## **SECÇÃO IV – CONSELHO FISCAL**

### **Artigo 16º – Competência**

- a) Conselho Fiscal é o órgão a quem compete acompanhar e fiscalizar a gestão administrativa, económica, financeira da associação, dar parecer sobre o relatório e contas antes de serem presentes à Assembleia-geral, bem como do orçamento, acompanhar o trabalho da Direcção e exercer todas as demais funções consignadas na Lei e nos Estatutos.
- b) Os membros do Conselho Fiscal poderão assistir às reuniões da Direcção, sempre que convocados pela Direcção, sem direito a voto.

- c) O Conselho Fiscal reunirá sempre que julgar conveniente, por convocação do presente e obrigatoriamente, pelos menos uma vez em cada semestre.
- d) O Conselho Fiscal pode requerer ao presidente da mesa da Assembleia-geral a convocação de reuniões extraordinárias, sempre que entenda conveniente;
- e) O ano fiscal da Associação deve coincidir com o calendário anual. Conjuntamente, o secretariado e tesoureiro, deverão produzir um relatório final, até 30 de Abril de cada ano para apresentação na Assembleia-geral seguinte.

### **Artigo 17º – Composição**

O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, eleitos por lista em Assembleia – Geral, por escrutínio secreto, e com um mandato de três anos.

## **CAPÍTULO IV – DISSOLUÇÃO DA ASSOCIAÇÃO**

### **Artigo 18º – Da extinção**

- a) A Assembleia-geral para apreciar e votar a dissolução da ALDEIA terá que ser expressamente convocada para o efeito, com um mínimo de três meses de antecedência.
- b) A Associação só se pode dissolver por deliberação da Assembleia-geral que envolva o voto favorável de três quartos do número total de sócios.
- c) Em caso de dissolução, será designada imediatamente uma Comissão Liquidatária que actuará de acordo com o estabelecido na Lei e com o que for definido na Assembleia de Dissolução.
- d) Se um ou mais associados se propuser continuar o exercício das actividades da associação, deverão ser-lhe, preferencialmente, adjudicados os bens móveis e imóveis, sem prejuízo dos direitos dos demais associados.

## **CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Artigo 19º – Disposições finais e transitórias**

- a) As dúvidas de interpretação e aplicação do presente regulamento interno, bem como os casos omissos, serão resolvidos de acordo com os estatutos da ALDEIA e com a legislação geral em vigor.